



EDITORA



UnB

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Avanços, desafios e perspectivas

Eloisa Pilati
Marcelo Cigales





Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA

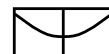


UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

As licenciaturas na Universidade de Brasília

Avanços, desafios e perspectivas

Eloisa Pilati
Marcelo Cigales

(organizadores)



	Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais
Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira Talita Guimarães Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Julia Neves
Diagramação	Lislayne de Oliveira Gonçalves
Foto de capa	Secom/UnB

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
 Editora Universidade de Brasília
 Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
 Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
 CEP: 70910-900
 Site: www.editora.unb.br
 E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

L698 As licenciaturas na Universidade de Brasília
 [recurso eletrônico] : avanços, desafios e
 perspectivas / Eloisa Pilati, Marcelo Cigales
 (organizadores). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília 2024.
 173 p. – (Série Ensino de Graduação).

Formato PDF.
 ISBN 978-65-5846-264-4.

1. Universidade de Brasília. 2. Professores -
 Formação. I. Pilati, Eloisa (org.). II. Cigales,
 Marcelo (org.). III. Série.

CDU 378.22 (817.4)

Comitê científico e avaliador

Antonio Alberto Brunetta

Universidade Federal de Santa Catarina

Cristiano das Neves Bodart

Universidade Federal de Alagoas

Eloisa Pilati

Universidade de Brasília

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Universidade de Brasília

Marcelo Cigales

Universidade de Brasília

Márcio José Rosa de Carvalho

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Monica Okamoto

Universidade Federal do Paraná

Pedro Erginaldo Gontijo

Universidade de Brasília

Rodrigo Diego de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina

Sara Esther Dias Zarucki Tabac

Universidade Federal de Alfenas

Sumário

Prefácio 11

Diêgo Madureira de Oliveira

Apresentação 13

Marcelo Cigales e Eloisa Pilati

Capítulo 1

As licenciaturas da UnB na visão da gestão Dapli/CIL: avanços e desafios 17

Marcelo Cigales e Eloisa Pilati

Capítulo 2

As licenciaturas na UnB: historicidade e a perspectiva da práxis na formação de professores 31

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva e Shirleide Pereira da Silva Cruz

Capítulo 3

O lugar da formação de professores no contexto da pós-verdade 45

Amurabi Oliveira

Capítulo 4

A formação do professor de ciências e biologia na Universidade de Brasília: uma trajetória entre diretrizes, bacharelizações e a constituição da licenciatura 57

Ana Júlia Pedreira, João Paulo Cunha de Menezes e Samuel Molina Schnorr

Capítulo 5

O curso de licenciatura em ciências naturais da Universidade de Brasília: conquistas e desafios da formação de um profissional interdisciplinar 73

Jeane Cristina Gomes Rotta, André Vitor Fernandes dos Santos e Delano Moody Simões da Silva

Capítulo 6

Os 25 anos da licenciatura em língua e literatura japonesa na Universidade de Brasília 91

Kimiko Uchigasaki Pinheiro, Yuko Takano e Yûki Mukai

Capítulo 7

Formação de educadores(as) do campo em alternância na Universidade de Brasília 103

João Batista Pereira de Queiroz e Felipe Canova Gonçalves

Capítulo 8

Experiências e experimentações no Pibid Português 2020-2022 117

Adriana de Fatima Alexandrino Lima Barbosa, Geovanna Helen Ribeiro Melo e Maria Rosália da Silva Rodrigues

Capítulo 9

O programa de residência pedagógica 2020/2022 na Universidade de Brasília: aspectos gerais sob o olhar da coordenação 133

Ana Júlia Pedreira

Capítulo 10

Ensino por investigação na formação inicial de professores de ciências: a experiência do Programa de Residência Pedagógica na Universidade de Brasília 145

Amanda Marina Andrade Medeiros e André Vitor Fernandes dos Santos

Capítulo 11

Ações e perspectivas para as licenciaturas na Universidade de Brasília: uma entrevista com a reitora Márcia Abrahão 163

Eloisa Pilati

Capítulo 12

Considerações finais 167

Eloisa Pilati e Marcelo Cigales

Sobre a autoria desta coletânea 169

Formação de educadores(as) do campo em alternância na Universidade de Brasília

João Batista Pereira de Queiroz
Felipe Canova Gonçalves

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) está completando 15 anos na formação de educadores(as) do campo como um dos cinco cursos da Faculdade UnB Planaltina (FUP), que completa 16 anos e é parte fundamental da sexagenária história da Universidade de Brasília (UnB), como universidade pública no Distrito Federal comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão. A UnB está em primeiro lugar na lista das universidades brasileiras que em saúde, bem-estar e educação estão comprometidas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ao mesmo tempo em que o governo federal cortou, mais uma vez, recursos para custeio das universidades e institutos federais no Brasil. Por um lado, vive-se uma conjuntura difícil e adversa de uma gestão governamental que tenta destruir as universidades públicas e a educação, em geral e em meio a esse contexto, há esse reconhecimento, entre outro muitos, do compromisso da UnB com a educação.

É na UnB que se encontra a LEdoC, como um dentre dezenas de cursos de graduação que têm como objetivo a formação de educadores(as) do campo em alternância em universidades e institutos públicos. O compromisso da UnB com a Educação do Campo e a criação da LEdoC não acontece por acaso, mas é fruto de muita luta, resistência, pesquisa, persistência e compromisso de educadores(as) da universidade que, em parceria com os povos do campo e seus movimentos, contribuem há anos para a construção da Educação do Campo como parte de um projeto de sociedade. Este texto situa a alternância na educação básica e superior, no Brasil, desde a década de 1960 e apresenta o curso da LEdoC na UnB,

como parte do compromisso histórico da universidade com a Educação do Campo e com a formação no ensino superior de novos educadores.

A formação de educadores(as) na Educação do Campo

*Alternância*¹

Como já abordado em outros textos, é fácil constatar que o tema da alternância não é novo, sobretudo em se tratando de educação e, mais especificamente, educação escolar. A alternância de tempos e espaços, de períodos na instituição escolar com períodos na família, no assentamento, no quilombo, na aldeia, na fábrica, na vila, na comunidade e/ou na agricultura camponesa é bastante antiga. E as denominações que são dadas a essa dinâmica de alternar momentos, tempos, espaços, ritmos diferenciados são muitas. As concepções que se tem do processo educativo também são diversas. E, sobretudo, as concepções de escola e, de forma mais ampla, de educação, como parte de um projeto de sociedade, também diferem. Como lembra Frigotto (2009, p. 131), por

Milhares de anos os seres humanos se educaram de geração para geração aprendendo uns com os outros, dando respostas aos desafios e problemas no processo de produção de suas vidas. A educação e a formação humana são, antes de tudo, um processo social e cultural. E a escola tal como a conhecemos, como a sociedade que a constitui, não são fatos naturais, mas resultantes de processos históricos. A escola desde sua origem, foi organizada, sobretudo, para aqueles que não precisam vender sua força de trabalho e que têm tempo de viver a infância e adolescência fruindo o ócio. Assim, desde o início, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a possibilidade de uma escola igualitária e unitária.

Assim, pode-se dizer que a concepção, a organização e os objetivos do processo educativo em uma determinada sociedade, mesmo que não estejam explícitos, são indissociáveis. E é assim que se encontra a Alternância na educação, entendendo-a como parte de um processo de adequação, manutenção, reforma ou transformação societal. Ao estudar a alternância, nos diferentes momentos históricos e nas diferentes realidades, é possível perceber que algumas das questões principais são as seguintes: a) refletir sobre como se articula e se organiza a educação escolar com a realidade da vida em uma determinada sociedade; b) quem/quais são os sujeitos do processo educativo em alternância; c) quais objetivos são perseguidos com esse processo educativo e quais as concepções de educação e de sociedade. Na verdade, a alternância é uma das diversas possibilidades de organizar o processo educativo escolar com a vida em sociedade, nos distintos espaços e tempos.

¹ Sobre a alternância e os Centros Familiares de Formação por Alternância, ver Queiroz (2004, 2009).

Exemplo disso é a Pedagogia da Alternância dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), presentes no Brasil.

Formação de educadores do campo: as licenciaturas

Na história do Brasil, marcada pela escravidão e pela colonização, sempre houve lutas e resistências dos povos indígenas, negros escravizados, trabalhadores do campo e da cidade às perversas lógicas dos modos de produção escravista, feudal e capitalista. Frente à concentração do ter, do poder e do saber, a classe trabalhadora luta e se organiza de diversas maneiras, mesmo com vitórias e derrotas, e tem na educação e, especificamente, na escola, uma ferramenta desse processo. A educação do campo é parte dessa trajetória histórica.

A educação do campo se consolida por meio de diversas iniciativas, dentre as quais a construção, a conquista e o reconhecimento de uma licenciatura específica de Educação do Campo, que já faz parte da estrutura curricular nas universidades e tem como objetivo formar educadores(as) para atuarem nas escolas do campo e na organização social, política e cultural de suas comunidades. Há também, como desdobramento desse processo formativo, conexões com escolas e universidades do meio urbano, aproximando a Educação do Campo de concepções como a Reforma Agrária Popular e a ampliação dos vínculos entre grupos de trabalhadores do campo e da cidade. Isso possibilitou a ampliação de universidades que se comprometem com a Educação do Campo por meio da LEdoC e/ou de projetos e programas de extensão e/ou de cursos de especialização e pós-graduação *stricto sensu*, além de diversas realizações de seminários e conferências regionais e nacionais (Frigotto, 2019).

Essa construção das licenciaturas responde ao que se defendia na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo (CNEC), realizada em Luziânia/GO, no ano de 2004, quando afirmava:

Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas: - interiorização das Instituições de Ensino Superior, públicas, gratuitas e de qualidade; - formas de acesso não excludentes ao ensino superior nas universidades públicas; - cursos e turmas específicas para atendimento das demandas de profissionais do campo; - concessão de bolsas de estudo em cursos superiores que sejam adequados a um projeto de desenvolvimento do campo; - inclusão do campo na agenda de pesquisa e de extensão das universidades públicas; - financiamento pelo CNPq para pesquisas na agricultura familiar/camponesa e outras formas de organização e produção das populações do campo (II CNEC, 2004, p. 4).

Assim, no Brasil as LEdoCs foram construídas como parte do processo de concepção da Educação do Campo, tendo como protagonista os diversos sujeitos do campo, suas organizações e movimentos em parceria com outras universidades públicas. Sobre esse processo,

[...] de forma resumida, vale ressaltar que, como política pública do MEC, essa proposta de formação docente teve início em 2007 com quatro experiências-piloto desenvolvidas pelas Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), mediante a criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (ProCampo). Essa política foi construída como resultado de uma intensa reivindicação dos trabalhadores rurais, que já pautavam a necessidade de um sistema específico de formação de educadores, desde a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo realizada em 2004. A matriz estruturante dos cursos, cujos elementos principais serão apresentados neste estudo, parte de uma experiência que vinha sendo desenvolvida na UFMG desde 2005 (Molina, 2017, p. 589).

As dezenas de LEdoCs existentes no Brasil organizam-se em alternância, com as características e especificidades de cada instituição, território e opções políticas, metodológicas e institucionais. Com a Alternância concretiza-se o que é proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quando compreende que a Educação é um processo permanente e contínuo na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º). Isso possibilita à universidade vincular-se a

[...] questões inerentes à realidade da família, da convivência, do trabalho, das instituições de ensino e pesquisa, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2012, p. 33).

A licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília

Inaugurada em abril de 1962, apenas dois anos antes da ditadura civil-militar, a UnB foi construída com o objetivo de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. Baseada nos princípios da gestão democrática, descentralização e racionalidade organizacional, ao completar 60 anos, a Universidade encontra-se organizada em quatro *campi* universitários: Darcy Ribeiro, no Plano Piloto; Faculdade UnB Planaltina (FUP), na cidade satélite de mesmo nome, inaugurada em 2006; Faculdade UnB Ceilândia (FCE), inaugurada em 2008, também localizada na cidade satélite de mesmo nome; e na cidade satélite do Gama, inaugurada também em 2008, a Faculdade UnB Gama (FGA) (UnB, 2022). No final do ano de 2020, a universidade contava com 40.501 estudantes de graduação, 8.915 de mestrado e doutorado, 2.607 docentes e 3.205 servidores técnico-administrativos.

A FUP, em seus 16 anos de existência, conta, hoje, com cinco cursos de graduação: LEdoC, licenciatura em Ciências Naturais diurno e noturno, bacharelado em Gestão Ambiental e bacharelado em Gestão do Agronegócio, nestes, a FUP atende cerca de 1.150 estudantes de graduação. Além dos cursos de graduação, o *campus* conta com seis programas de pós-graduação: Ciências de Materiais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Ciências Ambientais, Gestão Pública, Gestão e Regulação de Recursos Hídricos e Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais. Na extensão, a FUP conta com três programas, 45 projetos e seis cursos em andamento (FUP, 2022).

Assim, é no *campus* da UnB Planaltina, na cidade satélite de mesmo nome, que se encontra a LEdoC da UnB, desde o seu início, em 2007, organizada em Alternância. O curso oferece três habilitações para seus licenciandos: Ciências da Natureza, Linguagens, Artes e Literatura e Matemática. Desta forma, a formação da LEdoC ocorre por grandes áreas do conhecimento, o que favorece a interdisciplinaridade. Estudantes da habilitação em Ciências da Natureza têm formação em Biologia, Física, Química, Ciências da Terra e áreas relacionadas. Aquele que optar pela área de Matemática, por sua vez, terá formação em Geometria, Álgebra, Matemática Aplicada, entre outros campos de estudo. Por fim, na área de Linguagens, os estudantes contam com formação em Literatura, Língua Portuguesa, Linguística, Artes Cênicas, Artes Visuais e Audiovisual. Cabe ressaltar, ainda, que a formação por áreas de conhecimento é alinhavada nas três habilitações por componentes curriculares do Núcleo de Estudos Básicos, que é composto pela formação em Teoria Pedagógica, Gestão de Processos Educativos e Pedagógicos, Filosofia, Pesquisa e Memória, Economia Política, Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular, entre outros, e busca de forma contínua atender à especificidade das comunidades camponesas e quilombolas. Veremos mais sobre essa experiência.

Universidade de Brasília comprometida com a Educação do Campo

A LEdoC faz parte do compromisso da UnB com a Educação do Campo. Desde as primeiras demandas por uma educação transformadora presente nas áreas de assentamentos de Reforma Agrária, a UnB participou ativamente. Destacam-se nesse processo alguns fatos históricos fundamentais na construção da Educação do Campo, sempre com presença, participação e contribuição da UnB.

Como destaca Munarin (2008), o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária pode ser considerado a certidão de nascimento do Movimento de Educação do Campo no Brasil e a UnB não só participou da preparação e realização como serviu como base de apoio para a realização do evento, em julho de 1997. A partir daí, com a participação da UnB, criou-se a Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

No ano seguinte, 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), também com a presença da UnB, inclusive na Comissão Pedagógica Nacional

e na Coordenação Nacional com professores pertencentes aos seus quadros (UnB, 2009). Ainda nesse mesmo ano aconteceu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, e em 2004 realizou-se a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ambas com participação ativa da UnB, sendo nesse ano criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), no Ministério da Educação, em que se instituiu a Coordenação Geral da Educação do Campo.

Além disso, a UnB contribuiu em vários outros momentos e conquistas da Educação do Campo. Vale ressaltar a elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, e os outros Marcos Normativos² da Educação do Campo, do Conselho Nacional de Educação, que tiveram a presença da UnB. Na elaboração das diretrizes, para citar um desses marcos, foram realizadas várias atividades com os povos do campo e seus movimentos, de algumas universidades, de movimentos sociais, nas audiências públicas, nos seminários ou em outras atividades de construção das diretrizes, sempre com a presença e a contribuição da UnB.

Destaca-se, ainda, a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), em 2010, fundamental na perspectiva histórica, que tem como característica articular os sujeitos sociais coletivos que integram o Fórum, com autonomia em relação ao Estado. Também esse Fórum a UnB apoiou, participou e contribuiu desde a sua constituição. Os objetivos do Fonec são:

[...] articulação pela garantia do direito à educação das populações do campo, em todos os níveis e modalidades; o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e a elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo (Fonec, 2012).

A partir das demandas dos povos do campo e de seus movimentos, em parceria e com o apoio de algumas universidades, teve início o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), para dar suporte a criação e a implementação de cursos de LEdoC em instituições públicas de ensino superior do Brasil. Sua implantação piloto ocorreu em quatro Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e UnB.

A LEdoC na UnB, como um dos quatro primeiros cursos, iniciou suas atividades acadêmicas em 2007, organizada em Alternância, e nos 15 anos de sua existência já matriculou 20 turmas de estudantes de vários territórios, com predominância, em quase todas as turmas, de estudantes quilombolas.

² São três pareceres, duas resoluções, uma lei e um decreto (Brasil, 2012).

Nesses 15 anos de história da LEdoC na UnB aconteceram algumas mudanças. No início, com a primeira turma em 2007, havia estudantes de sete estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com a segunda turma ingressaram estudantes do Centro-Oeste e de algumas cidades de Minas Gerais. Mais tarde, a LEdoC passou a receber estudantes apenas dos estados de Goiás, parte de Minas Gerais e do Distrito Federal. Com a criação de duas licenciaturas em *campus* da UFG, em Goiás, diminuiu a abrangência de atuação da LEdoC, que passou a receber estudantes do Distrito Federal e de algumas regiões e municípios de Goiás e Minas Gerais.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo em Alternância

A Alternância na LEdoC significa que os(as) estudantes, todos(as) do campo, permanecem anualmente dois períodos no *campus* de Planaltina, períodos estes denominados de etapas de “Tempo Universidade” (TU) e períodos no denominado “Tempo Comunidade” (TC), em que prosseguem os estudos em suas comunidades de origem. Essa dinâmica de alternar períodos de TU e TC não é apenas uma dinâmica temporal e geográfica, mas sim uma opção pedagógica, didática, política e social, como está bem explicitado no Projeto Político-Pedagógico do curso.

Para a realização do curso, a universidade assume a Alternância não apenas como estratégia para possibilitar o acesso de camponeses e camponesas ao ensino superior, mas como princípio educativo e organizador do trabalho pedagógico.

As atividades de Tempo Comunidade/Escola do Campo visam promover uma articulação orgânica entre o processo formativo do Tempo Universidade e a realidade específica das populações do campo, ou seja, as questões estudadas na Universidade (durante o período de Tempo Universidade/Etapa Presencial) estão em permanente articulação com as questões da realidade dos educandos, enquanto as questões trazidas pelos estudantes desafiam a Universidade em articular o conhecimento teórico e prático com o conhecimento e os saberes de suas comunidades camponesas de origem (UnB, 2018, p. 17).

A concepção e a prática da educação como processo contínuo, permanente, acontecem nos diferentes tempos e espaços. Nesse sentido, vale ressaltar que há diferença entre a Alternância construída e vivenciada na educação básica, no Brasil, no ensino fundamental ou no ensino médio. Na educação básica, os(as) educandos(as) são crianças, adolescentes e jovens em formação escolar, em diferentes níveis de ensino. Na LEdoC, os(as) educandos(as) são jovens e adultos do campo que se preparam para trabalhar nas escolas do campo. Esses jovens e adultos do campo, quando se matriculam na universidade, já fazem parte de uma comunidade, em determinado território tenha escola de ensino fundamental e/ou de ensino médio. Ou seja, estes jovens e adultos já conhecem, participam, contribuem e estão

inseridos naquela comunidade e naquelas escolas. Muitos já foram estudantes daquelas escolas e/ou são educadores(as) nelas.

Por isso esses jovens e adultos do campo em formação para atuarem nas diversas comunidades e territórios camponeses e nas escolas do campo são os sujeitos da formação em Alternância e se formam na articulação da vida e dos saberes do campo com a vida e os saberes da universidade. Ou, parafraseando as diretrizes, pode-se dizer que a identidade da LEdoC em Alternância:

É definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2012, p. 33).

Para tanto, é necessária a participação crítica dos diversos sujeitos do campo, adesão, em todos os níveis, por parte da UnB, comprometimento real dos(as) educadores(as) e educandos(as) em formação e em Alternância, para que possam, verdadeiramente, articular o processo formativo nos períodos que permanecem no *campus* de Planaltina – Tempo Universidade (TU) – com os períodos de inserção na comunidade, na escola e nas diversas atividades do território – Tempo Comunidade (TC).

O Tempo Universidade

O chamado “Tempo Universidade” (TU) é o período em que os estudantes permanecem na UnB, no *campus* de Planaltina, dedicados(as) aos estudos e trocas de experiências coletivas que possibilitam a convivência e o aprendizado. Cada um dos oito períodos de TU corresponde a um semestre letivo acadêmico da UnB. O tempo de duração desses períodos de TU é variado, não havendo número fixo de dias, porém segue orientação do Pronera de somar cerca de 70% da carga horária dos componentes curriculares ofertados. O curso todo compreende oito períodos ou oito semestres acadêmicos, neles, os(as) estudantes, por permanecerem em atividade em nos três períodos do dia, contam com o restaurante universitário e a moradia estudantil, o Alojamento Dom Tomás Balduino, além de toda a infraestrutura do *campus*.

Vale destacar alguns pontos importantes no TU, como a organização dos estudantes em grupos e equipes que assumem tarefas e responsabilidades, seja dos estudos dos componentes curriculares, seja da organização da vida coletiva. Denominamos esse espaço auto-organizativo como “Tempo Organicidade”, sendo ponto fundamental do curso: o exercício e o comprometimento coletivo, organizado, avaliado e retomado. Cada estudante se vincula a uma equipe de trabalho e a um Grupo de Organicidade (GO). Essas equipes se encontram frequentemente e, a cada semana, acontecem assembleias dos estudantes. Com isso, os(as)

estudantes se preparam para a docência e para a gestão democrática de processos educativos nas escolas do campo e nos seus respectivos territórios.

Em todas as etapas de TU os estudantes, com a orientação e o acompanhamento dos(as) professores(as) dos diversos Componentes Curriculares, organizam e preparam atividades a serem realizadas no TC, ou seja, atividades que serão realizadas individualmente e/ou em grupos nos territórios e nas escolas de inserção dos(as) estudantes.

Uma dessas atividades, preparadas na primeira etapa de TU, e que será fundamental em todo o curso, é a pesquisa da escola e do seu entorno, denominada “Inventário da escola e do território”. A partir de um roteiro, os(as) estudantes levantam diversas informações sobre as escolas e suas respectivas comunidades. Esse documento subsidiará o desenvolvimento dos conteúdos dos componentes curriculares, a organização e a preparação das atividades de TC, a realização dos seminários temáticos, bem como os estágios supervisionados nas escolas de inserção.

Duas dimensões importantes, ainda na LEdoC e também fundamentais neste TU, é a articulação com a pós-graduação e a extensão na UnB, seja com os programas e os projetos da própria FUP, seja com os programas do *campus* Darcy Ribeiro. Diversos estudantes participam de projetos de extensão, do próprio curso ou de outros projetos do *campus* e da universidade. Dessa forma, os estudantes têm a possibilidade de participar de atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão na própria FUP, bem como nos outros *campi* da UnB, sobretudo no *campus* Darcy Ribeiro.

O Tempo Comunidade

Como bem descreve o projeto, com a Alternância a LEdoC

[...] assume a permanente articulação entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade nas suas especificidades e potencialidades formativas. E realiza o “processo formativo” dos educadores e educadoras do campo concretizando aquilo que está posto no Artigo 1º da LDB, ou seja articula “vida familiar, convivência humana, trabalho, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais”, através da ligação permanente e dinâmica entre Tempo Comunidade e Tempo Universidade (UnB, 2018, p. 95).

O TC é o período em que os(as) estudantes permanecem nas suas famílias, comunidades, escolas e territórios, continuando o período letivo, com articulação entre os conteúdos teóricos estudados e a sua realidade, com aprofundamento dos aspectos da produção e da reprodução da vida do e no campo, em articulação com ensino, pesquisa e extensão universitárias. O TC é organizado e acompanhado por meio de três eixos: Inserção Orientada na Escola (IOE); Inserção Orientada na Comunidade (IOC); Atividades de Estudo e Aprofundamento (AEAs), individuais e em grupos. Cabe ressaltar, também, que essas atividades de TC de todos os eixos podem ser realizadas individualmente ou em grupos.

Os três eixos acima mencionados são integrados e articulados nos seminários de TC, que na LEdoC UnB ocorrem em núcleos territoriais nos quais estão concentrados os(as) estudantes do curso: Kalunga e Chapada dos Veadeiros, Flores de Goiás, Formosa e Noroeste Mineiro e Distrito Federal. Os encontros que duram geralmente três dias, contam com a presença de professores do curso, vinculando-os aos territórios mencionados.

Quanto ao eixo IOC, vale lembrar que ao participar do processo seletivo e se matricular na UnB, o(a) estudante da LEdoC já conhece, vivencia, participa e contribui, individual e coletivamente, em diversas atividades, ações e organizações da comunidade no seu território. Ao iniciar o curso, o(a) estudante traz todos esses saberes e experiências do campo e será orientado(a), acompanhado(a) e desenvolverá, individualmente e em grupo, diversas atividades na comunidade onde vive. É, na verdade, a continuidade da inserção na comunidade, agora de maneira orientada e acompanhada como estudante de graduação em Alternância na UnB. Por isso, essa IOC

[...] envolve as diversas experiências de organização coletiva vinculada ao território em que o estudante se insere, como a participação em grupos organizados, movimentos sociais e a organização de atividades de mobilização ou formação voltadas à comunidade (UnB, 2018, p. 96).

A IOE, como um dos eixos fundamentais do TC, está muito próxima da IOC, pois na comunidade em que vive o(a) estudante ou próximo dela, normalmente há uma ou mais escolas de ensino fundamental e/ou de ensino médio. Em muitos casos, o(a) estudante é egresso(a) e/ou trabalha nessa escola. Quando não há escola na comunidade ou nas proximidades, o(a) estudante deverá escolher uma escola em que fará a sua inserção próximo da sua comunidade ou escola situada na zona urbana, mas que atenda os sujeitos do campo. Assim, desde o início do curso, o(a) estudante estará numa escola em que deverá continuar esse movimento de maneira mais organizada e sistematizada no estágio supervisionado, que na LEdoC é parte da IOE que o(a) estudante faz durante todo o curso. Na IOE os(as) estudantes participarão de atividades que estabeleçam vínculos entre os(as) licenciandos(as) e as escolas de inserção, com a realização do inventário da escola, nas atividades de estágio ou no desenvolvimento de projetos diversos na escola (UnB, 2018). Com isso, o(a) estudante dialoga, participa, aprende e contribui crítica e profundamente com a construção da Escola do Campo.

Um terceiro eixo do TC é constituído pelas AEAs, também denominadas no Projeto Político-Pedagógico do curso de “Tempo de Estudos”, realizadas de maneira individual e em grupos organizados por territórios, proximidade e facilidade de se encontrar. São diversas as atividades de leitura e escrita orientadas e encaminhadas no TU pelos(as) professores(as) dos diversos componentes curriculares. A orientação geral é que, além do empenho e da realização individual dessas atividades, os(as) estudantes possam se encontrar para o estudo em grupos durante algumas horas no TC. Há também orientação e incentivo para que os(as) estudantes de turmas diferentes, mas de um mesmo território

e/ou proximidade, encontrem-se, dialoguem e se ajudem na realização das múltiplas atividades propostas. A recomendação é feita também para que dialoguem e se juntem aos(as) egressos(as), tanto no estudo quanto na construção e/ou fortalecimento dos instrumentos de organização e de luta da classe trabalhadora do campo, como sindicatos, associações, cooperativas, grupos, coletivos etc.

Os Seminários Territoriais de Tempo Comunidade, ou Seminários de Tempo Comunidade (STC), fazem parte do quarto eixo do TC e integram os três anteriores – IOC, IOE e AEA. Esses seminários ocorrem periodicamente nas comunidades e são atividades que contemplam o ensino, a pesquisa e a extensão. E, por isso, possibilitam diversidade e variedade de projetos, temas, tempos e locais envolvendo estudantes da LEdoC, educadores(as) das escolas do campo, diversos sujeitos do campo, movimentos sociais e organizações do campo e da sociedade que estão presentes nos territórios do Distrito Federal, Goiás e em algumas regiões de Minas Gerais.

Uma inflexão na Alternância: a resistência da LEdoC na pandemia

A experiência de Alternância em TU e TC que apresentamos acima sofreu uma inflexão durante o período da pandemia de covid-19, em que a universidade permaneceu temporariamente fechada para atividades presenciais. Como vimos anteriormente, a dinâmica do curso depende da articulação dos tempos pedagógicos, vivenciados presencialmente no *campus* de Planaltina e nos territórios do campo. Tempos esses que são alicerçados em princípios como o diálogo, a troca de saberes sobre as comunidades, as inserções orientadas, dentre outros. Sendo assim, entendendo essa complexidade, buscamos organizar as atividades do curso após a definição conjunta da UnB de que deveríamos seguir as atividades acadêmicas emergencialmente de forma remota.

Inicialmente construímos a articulação de um primeiro semestre na pandemia de caráter (re)integrativo, retomando o contato *on-line* com nossos estudantes prioritariamente por meio de aplicativos de mensagens instantâneas. Nas reuniões preparatórias, professores e estudantes levaram em conta o fato de que a retomada apenas com aulas síncronas *on-line* na LEdoC seria particularmente difícil, por fatores como a desigualdade no acesso à internet em comunidades do campo, o agravamento da situação econômica relacionada com a pandemia e o aspecto pedagógico, em que princípios importantes da educação do campo seriam prejudicados. Por estes motivos, optou-se pela realização, em primeiro momento, de componentes curriculares de pesquisa e estudos orientados envolvendo os(as) estudantes em uma proposta interdisciplinar temática com centralidade na agroecologia, na soberania alimentar e na cultura. A dinâmica ocorreu agrupando os professores e estudantes em ciclos com estudos específicos – Ciclo Meio Ambiente, Ciclo Ser Humano e Ciclo Economia e Sociedade –, que viabilizaram a participação dos estudantes em uma transição ao ensino remoto emergencial, diminuindo os prejuízos pedagógicos inerentes a esse momento atípico.

Após esse momento reintegrativo, realizamos nos semestres seguintes a retomada de componentes curriculares possíveis para estudos orientados, postergando tanto quanto possível as aulas de caráter prático e a ida às comunidades do corpo docente. Houve predomínio, em geral, do ensino de forma assíncrona, alternado com atividades síncronas e posterior disponibilização das gravações. Além do ensino, uma experiência importante que deve ser ressaltada nesse contexto de buscar (re)integrar os(as) estudantes da LEdoC dispersos(as) nos territórios por conta do distanciamento social foi a criação do projeto de extensão “Vozes do campo: educação popular nas ondas do rádio”. A partir dos princípios da criticidade e da dialogicidade associados à educação popular e à Educação do Campo, a equipe extensionista realizou dez episódios em formato de *podcast*, colocando em diálogo estudantes e professores do curso que, somados às lideranças camponesas, quilombolas e às comunidades escolares do campo, refletiram sobre temas como o impacto da covid nos territórios quilombolas, a soberania e a segurança alimentar, a luta antirracista, uma reflexão sobre a desigualdade econômica e tecnológica no campo em tempos de pandemia, entre outros.

Considerações finais

Nos 60 anos de história da UnB, 16 anos da FUP e 15 anos do curso de LEdoC, registra-se neste texto o compromisso e a responsabilidade da universidade e de muitos(as) de seus(uas) educadores(as) na construção da Educação do Campo no Brasil, como direito historicamente conquistado. Reconhecemos que houve várias conquistas em diferentes períodos históricos, em conjunturas sociais, econômicas e políticas com maior inserção e interlocução dos e com os movimentos sociais do campo e da cidade, como a conjuntura da primeira década deste século quando foram criadas as LEdoCs no Brasil. Mas muitos desafios estão postos, sobretudo nestes tempos; o desafio de resistir, de aprofundar as conquistas e construções realizadas, bem como cultivar a esperança, intensificar as lutas por justiça social e por uma educação pública gratuita e de qualidade. Devemos ampliar e aprofundar as parcerias no compromisso com uma educação, no campo e na cidade, que seja viva, crítica, encorajadora e transformadora, como parte de um projeto de sociedade da classe trabalhadora.

Para tanto, é possível dizer que o curso de LEdoC na UnB, *campus* de Planaltina, nos seus 15 anos de história, organizado em Alternância, tem desenvolvido estratégias de formação multidisciplinar dos(as) educadores(as) ao organizar e trabalhar os conteúdos dos Componentes Curriculares por áreas do conhecimento. Percebemos acúmulos internos, como a formação de educadores(as) para atuar nas escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, bem como atuar na gestão de processos educativos comunitários e a possibilidade de expandirmos a experiência para além da Educação do Campo, apontando a Alternância como elemento viável para mais cursos nas universidades brasileiras.

Em nossa caminhada, vemos a importância da articulação orgânica entre os tempos pedagógicos TU e TC, uma fértil integração com a pós-graduação, com programas e projetos de extensão da FUP e da UnB, e um aprofundamento da parceria com os povos do campo e

as instituições de ensino – seja da educação básica, seja da educação superior – dos territórios de abrangência da LEdoC. Muitos desafios estão postos e exigem coragem, sabedoria, disposição e condições materiais próprias para o enfrentamento por discentes e docentes da Educação do Campo, que certamente seguirão conscientes de que a UnB aprofundará seu legado de construção contínua desse percurso emancipador dos povos do campo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos*/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

FONEC - *Fórum Nacional de Educação do Campo*. Disponível em: <http://fonec.org/o-fonec/#quemsomos>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n. 9, 2009, p. 129-136.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: MOLINA, Monica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej (org.). *Licenciaturas em Educação no Campo: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão*. Florianópolis: LANTEC/CED/UFSC, 2019.

Faculdade UnB Planaltina – FUP. *Apresentação*. Disponível em: <http://fup.unb.br/apresentacao/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MOLINA, Monica Castagna. Contribuições das licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, 2017.

MOLINA, Monica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej (org.). *Licenciaturas em Educação no Campo: resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão*. Florianópolis: LANTEC /CED/UFSC, 2019.

MOLINA, Monica Castagna; SÁ, Lais Mourão (org.). *Licenciaturas em Educação do Campo. Registros e Reflexões a partir das Experiências – piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MUNARIN, Antônio. *Movimento Nacional de Educação do Campo: uma Trajetória em Construção*. 31ª Reunião Ampliada da ANPED, 19 a 22 de outubro, 2008.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. La formation en Alternance: les jeunes agriculteurs familiaux au Brésil. In: *Alternatives socio-éducatives au Brésil -Expérience d'un master international*. Coleção AIDEFA. L'Harmattan, Paris, França, 2009, p. 39-47.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional*. 2004. 210 p. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília. 2004.

As licenciaturas na Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *História*. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 4 maio 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo*. Faculdade de Planaltina, 2009.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo*. Faculdade de Planaltina, 2018.

Sobre a autoria desta coletânea

Amanda Marina Andrade Medeiros – Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde coordena o Programa Residência Pedagógica de Ciências Naturais (2020-2022).

Amurabi Oliveira – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq. Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Global Young Academy (GYA).

Ana Júlia Pedreira – Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde atuou como coordenadora institucional do Programa de Residência Pedagógica (2020-2022) e atua como Coordenadora do Projeto Residência Pedagógica Ciências Biológicas (2022-2024).

André Vitor Fernandes dos Santos – Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na licenciatura em Ciências Naturais e coordena o Programa Residência Pedagógica de Ciências Naturais (2020-2024).

Adriana de Fatima Alexandrino Lima Barbosa – Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade de Brasília, onde atuou como coordenadora do Subprojeto Letras do Pibid (2020-2022).

Delano Moody Simões da Silva – Doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília. É professor da mesma Universidade, onde atua com a formação de professores de Ciências.

Eloisa Pilati – Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde atua como Diretora de Planejamento e Acompanhamento das Licenciaturas.

Felipe Canova Gonçalves – Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professor da UnB, atua na Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação Linguagens, Artes e Literatura (Planaltina).

Geovanna Helen Ribeiro Melo – Graduada em Letras pela Universidade de Brasília. Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência no subprojeto Letras na edição de 2020-2022.

Jeane Cristina Gomes Rotta – Doutora em Química pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, onde atua como professora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais (Planaltina).

João Batista Pereira de Queiroz – É doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na Licenciatura em Educação do Campo (Planaltina).

João Paulo Cunha de Menezes – Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Lavras. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na licenciatura em Ciências Biológicas.

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. É professora da Universidade de Brasília, onde atuou como Coordenadora Institucional do Programa de Residência Pedagógica (PRP). Pesquisadora do CNPq.

Kimiko Uchigasaki Pinheiro – Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade de Brasília, onde atua no curso de Licenciatura em Letras/Japonês.

Marcelo Cigales – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade de Brasília, onde atua como Coordenador do Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez.

Maria Rosália da Silva Rodrigues – É licencianda em Letras Português e sua respectiva Literatura pela Universidade de Brasília. Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência no subprojeto Letras na edição de 2020-2022.

Samuel Molina Schnorr – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade de Brasília, onde atua como coordenador do subprojeto Biologia do Pibid (2022-2024).

Shirleide Pereira da Silva Cruz – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora da Universidade de Brasília, onde atua como coordenadora do Projeto do Pibid/Pedagogia.

Yûki Mukai – Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. É professor da Universidade de Brasília, onde atua como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (2021-2023).

Yuko Takano – Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, onde atua na formação de professores de Licenciatura em Língua e Literatura Japonesa.

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Avanços, desafios e perspectivas

O livro reúne um conjunto de textos que evidenciam aspectos políticos, acadêmicos, científicos e educacionais sobre a formação de professores (as) na Universidade de Brasília (UnB). Historicamente as licenciaturas se constituíram como um espaço de menor prestígio no campo acadêmico brasileiro, mas nas últimas décadas, a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação de Professores, a regulamentação dos estágios obrigatórios supervisionados e o investimento das políticas educacionais voltadas a formação inicial de professores acarretaram mudanças significativas na forma de conceber esses cursos no país. Como instituição pioneira, a UnB vem se redesenhando institucionalmente para valorizar e dar visibilidade aos cursos de formação docente, tendo criado em 2021 uma Diretoria de Planejamento e Acompanhamento das Licenciaturas, vinculada ao Decanato de Ensino de Graduação. Além de abordar os aspectos históricos da gestão educacional, responsável por integrar os 24 cursos de licenciatura e suas 41 habilitações, a obra destaca alguns projetos desenvolvidos junto ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica (PRP), assim como da trajetória das licenciaturas de Ciências Naturais, Letras/Japonês e Educação do Campo. A obra é um convite para refletirmos sobre diferentes ângulos, os avanços, os desafios e as perspectivas dos cursos de formação de professores na UnB.

EDITORA



UnB

